I. As curiosidades de um leitor ideal

Por mais de duas décadas debrucei-me sobre os relatos de viagem com menções ao Brasil, relatos escritos por estrangeiros e publicados durante os séculos XVI, XVII e XVIII, com o intuito de mapear aí as diversas imagens sobre o país e seus habitantes que então circulavam pela Europa.[1] Pude constatar, ao término deste estudo, que as xenonarrativas tinham ocupado um papel imenso na propagação, melhor, na construção da ideia de Brasil e de brasileiros entre as gentes do Velho Mundo. Paralelamente, mas de maneira bem mais tateante, na medida em que não era àquela altura uma das minhas preocupações centrais, pude observar também o quão pouco os escritos em língua portuguesa pareciam ter contribuído para tal processo, o quão pouco pareciam ter contribuído para forjar a ideia de Brasil e de brasileiros no mundo ocidental.

Deparei-me com várias hipóteses para explicar essa notável ausência, entre as quais três me pareceram muito populares entre os historiadores e, em alguma medida, entre os brasileiros em geral. A política portuguesa de sigilo em relação às possessões de além-mar é uma delas. Parte-se da crença de que Portugal, cioso da sua rica colônia americana, para evitar a cobiça de outros povos da Europa, coibiu sistematicamente os escritos sobre o Brasil. Decorreria, pois, dessa pertinaz censura o número reduzido de publicações em língua portuguesa sobre a colônia, ou mesmo com menções a ela, a circular na própria colônia, no interior do pequeno reino e, sobretudo, no restante da Europa, tanto de publicações assinadas por portugueses do reino como daquelas legadas pela pena de portugueses nascidos – os *brasileiros* (?) – ou estabelecidos na América.

1 França (2012).

Aparentada a essa do sigilo, e também muito popular, é a hipótese de que a pobreza de escritos com menções ao Brasil se deva não somente ao secretismo estatal português, mas também, e sobretudo, à política intelectual restritiva que Portugal impôs aos colonos da América, os quais, além de carentes de escolas, bibliotecas, tipografias e impressos, viam as suas obras – não muitas, é certo – censuradas pelas autoridades portuguesas e condenadas ao anonimato do manuscrito. Temos aí uma tese com laivos iluministas: crê-se que o conhecimento liberta da opressão, e que Portugal, ciente disso, tratou de evitar que os colonos conhecessem.

Há, ainda, os que imputam tal lacuna àquilo que o cronista Pero de Magalhães Gandavo denominou o "pouco apresso dos portugueses pela escritura",[2] isto é, à ignorância da sociedade lusa do período – e, por extensão, a da colônia –, sociedade também carente, em comparação aos países mais prósperos da Europa, de bibliotecas, de escolas, de impressos e de tudo o mais relativo à produção cultural escrita.

A terceira hipótese é a que mais me agrada, pois escapa a algumas armadilhas difíceis de serem desmontadas. A hipótese centrada na ideia do sigilo não explica, por exemplo, porque a quase totalidade do que veio a público sobre o Brasil em outras línguas – obras como as de Staden, Léry, Knivet, Piso, Dampier, Cook, Staunton, para citar uns poucos exemplos dispersos ao longo de quase três séculos – passou desapercebida em Portugal, sem traduções ou edições acessíveis; não explica, tampouco, porque as tiragens das poucas obras que escaparam à suposta triagem lusa e vieram a público eram tão minguadas, com uma circulação tão restrita. A hipótese conspiratória, por sua vez, isto é, aquela que supõe um empenho articulado do reino para obstruir o avanço da vida cultural na colônia, faz vistas grossas para a conhecidíssima inoperância da administração colonial portuguesa e, sobretudo, para o estado lastimável em que a cultura escrita se encontrava no próprio reino. É óbvio que houve censura em relação aos escritos sobre a colônia – colônia que escrevia pouco, que dava diminuto valor social à cultura e que passou a imprimir com regularidade somente a partir de 1808 – e que Portugal, por razões políticas, do mesmo modo que a Espanha, não era pródigo em divulgar pela Europa notícias sobre suas possessões. Nada disso é inverossímil, todavia, convenhamos, é preciso, antes de mais, levar em conta que uma metrópole inculta, mesmo que queira, não tem meios para contar com uma produção escrita exuberante de nenhum tipo e, menos ainda, para criar uma *Atenas nos trópicos*.

Dizer, porém, que o pouco apreço pela escritura do pragmático e empírico povo português é uma variante que deve ser especialmente considerada quando se vai analisar as razões do papel diminuto que os escritos luso-brasileiros

2 Gandavo (1576, p. 5-6).

tiveram na construção da ideia de Brasil e de brasileiros na Europa é pouco, e suscita, mais do que responde, muitas questões: malgrado o mencionado desapreço luso pela "escritura", o que se produziu e se publicou em língua portuguesa sobre o Brasil ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII? Qual o alcance do que veio a público em letra impressa? Quem, quando e onde se escreveu? Para quem e para que se escrevia? E, sobretudo, que Brasil e que brasileiros são construídos em tais escritos ao longo dos três séculos mencionados?

O livro que o leitor tem em mãos nasceu de tais inquietações históricas e tem a pretensão de, a partir de um "estudo de caso", o caso Rio de Janeiro – a mais conhecida cidade brasileira do período colonial –, respondê-las em parte. Paradoxalmente, porém, este é um livro de história que começa com um convite a uma experiência de coloração ligeiramente ficcional. O convite que ouso fazer, inclusive aos que são historiadores de ofício – e ouso porque procurei me colocar neste lugar ao escrever o livro –, é que o leitor contemporâneo se imagine como um leitor fictício que supostamente viveu entre a metade do século XVIII e as décadas iniciais do século XIX. Tal indivíduo, falante somente da língua portuguesa – e esse é um dado a reter –, encontra-se em Lisboa, nunca veio ao Novo Mundo, mas alimenta uma obsessiva curiosidade pelo Brasil, especialmente pela capital da maior possessão portuguesa de além-mar, a cidade do Rio de Janeiro. Um carioca de coração, diríamos, um apaixonado pela cidade que, ciente das dificuldades de vê-la com os olhos da cara e incapaz de ler aquelas dezenas de descrições que visitantes holandeses, franceses, alemães e ingleses dela deixaram, se pôs incansavelmente a colecionar passagens publicadas por seus antepassados e coetâneos com menções à urbe, das mais às menos significativas, independentemente do gênero de escritos em que apareciam, para extrair daí uma imagem, construída em língua portuguesa, do Rio de Janeiro e dos seus habitantes.

Impus, no entanto, a esse alfarrabista imaginário, alfarrabista de fragmentos e citações, um certo método – daí, inclusive, o seu caráter totalmente heurístico e à medida para responder as inquietações que me atormentavam. Atento ao fato de que o meu guia imaginário poderia se perder em meio a um mundo de referências dispersas, procurei restringir o seu universo de procura. De saída, fiz com que ele se interessasse somente por obras impressas, obras que tivessem circulado minimamente entre os eventuais leitores de língua portuguesa. Dito em outras palavras, embora ciente de que uma parte enorme do conteúdo das obras manuscritas – das que nunca foram impressas ou das que o foram muito mais tarde, nos séculos XIX, XX e XXI – chegou aos colonos analfabetos pelos ouvidos, pelo ouvir dizer nas casas, nas ruas e, sobretudo, nas igrejas, pelas bocas dos religiosos, decidi que o meu alfarrabista iria negligenciar os escritos com menções ao Rio de Janeiro não publicadas no seu tempo. Iria

fiar-se somente naqueles escritos que efetivamente ganharam a letra impressa, que conquistaram menção no dicionário de Barbosa Machado ou marcaram presença num catálogo qualquer do punhado de tipografias portuguesas daqueles tempos, escritos que tiveram ao menos a possibilidade de circular e de serem lidos por um curioso qualquer que dominasse a língua de Camões.

Para não restringir em demasia a curiosidade do meu alfarrabista imaginário, permiti, por sua vez, que ele procurasse suas referências em obras que os seus contemporâneos enquadravam em diversos gêneros: sermões, relações, panegíricos, histórias gerais, obras moralistas etc. É óbvio que esse meu leitor ideal, como a maior parte dos leitores de qualquer sociedade ocidental moderna (colonial ou metropolitana), sabe, na medida em que o senso comum do seu tempo o informa, distinguir um sermão de uma poesia ou ambos de um manual de boa morte. Isso, porém, importa pouco ao meu leitor ideal. Importa-lhe pouco que a menção à cidade venha em um sermão ou em uma relação que constitua uma tópica ou uma singularidade; seus olhos se voltam sempre para o que está dito, para os enunciados efetivamente escritos e publicados sobre o Rio de Janeiro, independentemente de onde se encontram. Isso não quer dizer que não lançarei mão de algum tipo de classificação mais adiante que leve em conta a ideia de gênero literário ou algo próximo disso; quer dizer, somente, que a análise do aspecto formal das obras não é nem prioritária nem determinante para os meus propósitos.

Por fim, evitei que meu alfarrabista imaginário avaliasse a verdade ou a correspondência a uma suposta realidade dos enunciados sobre a cidade a que teve acesso – missão que julgo inumana e, por isso mesmo, fadada ao fracasso. Incumbi-o, todavia, de umas tarefas mais modestas, aparentadas a esta: observar o estatuto de verdade de cada enunciado no seu tempo, mapear o lugar social dos homens que os produziam e descrever os meios de que dispunham para o fazer. Incumbi-o ainda de, dentro do possível, identificar os eventuais leitores e descrever os possíveis impactos de tais escritos sobre esse provável público leitor; incumbência delicada, na medida em que tal público é rarefeito e não dispõe de meios para se fazer notar, salvo as licenças, homenagens, prefácios e apresentações que invariavelmente antecedem as obras publicadas.

Explicitados, então, os limites e as metas do alfarrabista imaginário que, de certo modo, nos servirá de guia, passemos aos resultados de suas obsessões.